



exclusivamente educativos, na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal, a reger-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, e obrigações assumidas pela outorgada.

2. Acompanha a mensagem presidencial, exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, que esclarece:

*“De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.*

*Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que nos levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.*

*Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.....*  
*.....”*

3. A COMISSÃO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Relator, Deputado AROLDE DE OLIVEIRA, assim vazado:

*“A permissão do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, é regulada pelo decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 com a redação dada pelo decreto 2.108 de 24 de dezembro de 1996. No processo em questão, à Fundação Educativa Apoio de Sobradinho atendeu os requisitos da legislação específica e foi autorizada para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins, exclusivamente educativos na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.*

*A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01 de 1999, desta Comissão. Verificando a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.*

*O ato de outorga (...) aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do*

*Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.”*

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

1. Na forma do art. 32, III, alínea a, do Regimento Interno, compete à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO a análise dos “aspectos **constitucional, legal, jurídico, regimental** e de **técnica legislativa** de projetos,... sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas comissões”.

2. O art. 21 da Constituição Federal dispõe que compete à União:

*“XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou **permissão**:*

*a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens:*

*.....”*

Sendo da competência exclusiva do Congresso Nacional  
(art. 48)

*“XII – apreciar os atos de concessão e revogação de concessão de emissora de rádio e televisão;”*

cujas disciplinas são desenhadas nos arts. 220 a 223, dizendo mais de perto à hipótese o *caput* do art. 223 e §§ 1º, 3º e 5º:

*“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar **concessão, permissão e autorização** para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.*

*§ 1º. O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.*

*.....*

*§ 3º. O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

*.....*

*§ 5º. O prazo da concessão ou permissão será de **dez anos** para as emissoras de rádio. ....”*

3. Como se constata, a proposição *sub examine* está conforme as disposições constitucionais transcritas, não havendo óbice que vulnere a sua **juridicidade e legalidade**, estando também atendida a boa **técnica legislativa**, observados, outrossim os parâmetros da Lei Complementar nº 95/98.

4. Nestas condições o voto é pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão, em            de            de 2001.

Deputado LEO ALCÂNTARA  
Relator

10241305-122